



Juntos Somos
Fortes!

ANO XIX - EDIÇÃO 210 - JULHO DE 2016

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO 9912296029
ECT/DR/MG
SINTUFEJUF

Leia também
NESTA EDIÇÃO

Proquali abre edital para
graduação e pós-
graduação

pág. 5

Plano de Saúde
sofre reajuste de 14,53%

pág. 6

Sindicato cobra retomada
de adicional noturno e
alimentação para
servidores do HU

pág. 6

I Semana de Atenção a
Saúde do Servidor é
realizada em
Governador Valadares

pág. 7

Projeto de Lei 257 que
desmonta serviço
público é aprovado na
Câmara dos deputados

pág. 7

Grupo de trabalho finaliza documento sobre flexibilização da jornada

Minuta apresentada ao Consu foi aprovada pela categoria em assembleia
página 3



Aposentados são homenageados com medalha Elson Lopes

página 10



Segurança no campus

Nos últimos meses, tem sido frequente nos depararmos com os noticiários locais relatando casos de violência ocorridas no campus universitário em Juiz de Fora. O anel viário tornou-se uma via pública, com circulação de veículos e pessoas 24 horas por dia. Constantemente são registrados casos de furtos de celulares, bolsas, agressões, entre outros delitos. Outro ponto preocupante é a rivalidade entre bairros que fazem divisa com o Campus Universitário, como Dom Bosco e Nossa Senhora de Fátima.

Hoje, a universidade, além de um espaço acadêmico é também uma área de lazer e práticas de esporte. Com a ampliação de cursos, o número de frequentadores aumentou significativamente. A universidade funciona até as 23h, o que torna a segurança mais vulnerável.

Nos finais de semana, com a concentração de casas de shows e bares no bairro São Pedro, são observados veículos em

alta velocidade, colocando em risco a segurança de trabalhadores e demais usuários do nosso espaço.

Até poucos anos atrás, o acesso ao campus era fechado a partir das 18h, sendo permitido somente aos carros oficiais, ambulâncias e funcionários atravessarem de um pórtico para outro (sul e norte). Os setores na universidade eram menores, e havia um maior número de vigilantes. Ou seja, a estrutura de segurança não acompanhou a expansão da universidade.

Recentemente foi criado o Fórum de Segurança, para discutir as estratégias de vigilância dentro do campus. Desta forma, melhorar a infraestrutura local, aumentando a iluminação, o sistema de monitoramento e a distribuição de vigilantes nos locais de maior incidência seria uma medida importante para a prevenção de ocorrências.

Espaço do servidor

Você se sente seguro no Campus?



Joel João de Souza - Faculdade de Letras

“Eu me sinto seguro. Vejo que a vigilância procura dedicar ao máximo, buscando se empenhar bem no trabalho ostensivo, pela proteção ao patrimônio universitário e a comunidade universitária, alunos, TAE’s e professores”.

“Eu me sinto muito seguro sim. Existe toda uma estrutura e uma equipe muito atenta a todos os fatos. Quando eu chego cedo ou tarde, independente dos meus horários, sempre tem vigilantes presentes, me sinto sim. Qualquer anormalidade que ocorra nas proximidades da reitoria, nós entramos em contato com a vigilância que está sempre pronta para nos atender. São muito eficientes”.



Helder Dalamura - Central de Atendimento



Ricardo Dias - Reitoria

“No horário que eu trabalho eu me sinto bem a vontade, porque é durante o dia e tem muita movimentação. Eu transito no Campus como funcionário e tem os horários que eu pratico a corrida. Eu não visualizo muito a presença de seguranças. Tem as câmeras que acabam inibindo um pouco a ação de algumas pessoas. Vejo os vigilantes em seus postos, mas não vejo circulando. Algumas vezes passam de moto, mas é muito rápido. Não transmite segurança”.

EXPEDIENTE

Sintufejuf
 Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora
 Rua Santo Antônio, nº 309 - Centro
 Tel.: (32) 3215-7979 / Fax: (32)3215-3876
 www.sintufejuf.org.br
 comunicacao@sintufejuf.org.br
 Twitter: @sintufejuf
 Facebook: https://www.facebook.com/sintufejuf

Coordenação Geral:
 Paulo Dimas de Castro (licenciado)
 Lucas da Silva Simeão

Coordenação de Comunicação:
 Rogério da Silva
 Silvestre dos Santos
 Jornalista Responsável:
 Camila Pravato
 13.164 - DRT/MG

Conselho Editorial:
 José Pedro de Paula
 Lêda Maria Chaves Faria
 Lucas da Silva Simeão
 Nilza Lino
 Rogério da Silva
 Rosângela Frizzero
 Silvestre dos Santos

Diagramação:
 Sintufejuf

Colaboração: Larissa Bruna e Mauro Assis.

Fotos: Sintufejuf

Projeto gráfico: Laura Kronbauer

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufejuf.

FLEXIBILIZAÇÃO**Grupo de Trabalho finaliza proposta de minuta sobre flexibilização da jornada****Aprovado pela categoria em assembleia, documento está em votação no Conselho Superior**

Construir um documento fundamentado que assegure a conquista da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do quadro permanente de pessoal da UFJF. Esse é o objetivo do grupo de trabalho do Sintufejuf. Após vários meses de reuniões semanais, o grupo finalizou uma proposta e apresentou para votação em assembleia no dia 26 de julho, no anfiteatro da reitoria. A partir da aprovação da categoria, os representantes do GT iniciaram um trabalho de diálogo com os membros do Conselho Superior, Consu, com objetivo de esclarecer possíveis dúvidas em relação às implicações a partir da regulamentação da jornada flexibilizada. O documento está sendo analisado em reuniões contínuas do Consu, com destaques em cada artigo da resolução. Durante as apreciações do Conselho, a cada reunião, a categoria permanece em vigília no Museu de Arte Murilo Mendes.

Para garantir a plena legalidade, a finalização do documento contou com a contribuição do Departamento Jurídico do Sintufejuf. A flexibilização da jornada de trabalho está prevista no Decreto nº 1.590/1995 para trabalhadores de unidades que funcionam em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público, ou trabalho noturno, em regime de turnos ou

escalas. Ao final de todos os esclarecimentos, a assembleia do dia 26 aprovou, em votação, o documento por unanimidade, para ser encaminhado ao Conselho Superior.

Servidores cobram manutenção da jornada flexibilizada

Em reunião com a administração superior, realizada no dia 17 de junho, os servidores haviam apresentado a pauta de reivindicações da categoria elaborada pelo GT de Flexibilização. Entre outros pontos, o documento, lido pelo GT, solicitava a continuidade dos trabalhos da Comissão de Flexibilização, devendo esta ser paritária (composta por representantes da Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Sintufejuf em igual proporção) e que não fosse feita nenhuma mudança na carga horária dos trabalhadores durante o período de análise de enquadramento feito pela comissão de flexibilização. Apesar da rejeição inicial da reitoria em discutir na reunião a pauta apresentada pela categoria, a mesma foi encaminhada em ofício pelo Sintufejuf e atendida posteriormente pela administração superior.

O reitor Marcus David explicou que desde 2011, existem determinações da Advocacia Geral da União AGU, que proíbem às universidades federais adotarem medidas generalizadas para a implantação da jornada flexibilizada, por isso a necessidade de regulamentar a conquista política. Segundo ele, a AGU, em relatório divulgado em setembro de 2015, determinou que fosse tomadas providências para que a UFJF não mais adotasse esse tipo de mecanismo. O Tribunal de Contas da União encaminhou uma correspondência que chegou no dia 15 de junho, questionando as

**Assembleia aprova texto da minuta da flexibilização da jornada de trabalho**

providências que estão sendo tomadas para suspender as medidas genéricas adotadas e implantar a forma correta de gestão de carga horária. A portaria 695 de 29 de dezembro de 2006 autoriza gestores a flexibilizarem jornada de trabalho. Atualmente, os técnico-administrativos cumprem a jornada flexibilizada em setores em que há funcionamento ininterrupto, em acordo com o decreto presidencial 4.836/2003 (Servidores da Administração Pública Federal).

Em relação ao Controle de frequência, o reitor relatou que em conversa com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES, foi informado que as universidades que sofreram pressão do Ministério Público, tiveram que implantar o ponto eletrônico. “Nosso desejo não era estar implantando esses mecanismos de controle. Acredito em formas mais desenvolvidas de gestão de pessoas”, afirma o reitor. Marcus David justifica que existe o limite da legalidade, caso ele assine uma portaria generalizando a jornada flexibilizada, corre o risco de sofrer processo de improbidade administrativa.

Os membros do GT de Flexibilização esclareceram que o conceito trabalhado pelo grupo não é apenas a flexibilização da jornada de trabalho, mas a lógica de flexibilização dos serviços prestados, associada à melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores. O documento discutido no GT é baseado em decretos, portarias e na experiência de outras instituições que já atuam com jornada flexibilizada regulamentada, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS.

**Enquanto Conselho Superior discute minuta, categoria aguarda em vigília**

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Assembleia aprova prestação de contas do exercício 2015

Livro de contabilidade foi analisado pelo Conselho Fiscal ficando à disposição da categoria

No dia 22 de junho, os servidores técnico-administrativos se reuniram em assembleia geral para votar a prestação de contas do Exercício de 2015 do Sintufejuf. A assembleia contou com a presença do contador, Marcos Barra para tirar dúvidas dos sindicalizados. A mesa foi conduzida pelos coordenadores de Administração e Finanças Rogério Silva e José Pedro de Paula.

A assembleia teve início com uma retrospectiva da greve de 2015. Foram realizados dois descontos de 1% de cada TAE para o fundo de greve. No entanto, o valor arrecadado não foi suficiente para cobrir as despesas do movimento. Com isso, o sindicato teve que desembolsar mais de R\$20 mil. "Nós arrecadamos no fundo de greve o valor de R\$165 mil, e gastamos R\$184 mil, tendo o sindicato que inteirar das mensalidades", explica o coordenador José Pedro. A mesa chamou a atenção para a

existência de inadimplência que soma um retorno de débito de R\$42 mil.

Segundo Rogério Silva, o problema ocorre na utilização do "chequinho" e "cartão Bahamas". Muitos companheiros trocam de banco ou cancelam o débito sem comunicar ao sindicato, impossibilitando o desconto. "A falta de compromisso de alguns sindicalizados está prejudicando o andamento do sindicato", afirma Rogério. Quando isto ocorre, a pessoa em débito com o sindicato fica impossibilitada de utilizar as vantagens oferecidas ao sindicalizado até quitar as dívidas.

A administração financeira do Sintufejuf solicita que estas pessoas compareçam ao sindicato para negociar a dívida. Aprovado pelo Conselho Fiscal, o livro de contabilidade foi colocado à disposição da assembleia e referendado por unanimidade em votação pela categoria.

CARREIRA
TAES elegem membros da CIS

Eleição foi realizada através do SIGA nos dias 11 e 12 de Julho

Nos dias 11 e 12 de Julho, os servidores técnico-administrativos da UFJF elegeram os membros da Comissão Interna de Supervisão (CIS) do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFJF. A eleição ocorreu pelo sistema SIGA e contou com oito candidaturas. Os servidores técnico-administrativos Igor Coelho, Patrícia Mafra, Mariluce Ap. Jacob, Adriana Imaculada Fernandes, Elisete G. Fonseca, e Manoel R. Campos, foram os seis mais votados, sendo eleitos membros da CIS. Wander Vynycyus e Rodrigo Giacoia Mendes ficaram como suplentes. Não existe qualquer retribuição financeira adicional para o cargo.

O mandato será de 3 (três) anos. A Comissão CIS terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto, eleitos entre seus membros.

Composta por TAEs, o objetivo da comissão é acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implantação do Plano de Carreira na universidade, além de propor alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira à Comissão Nacional de Supervisão. Também é papel da comissão acompanhar os programas de capacitação, estudo de demandas de aposentados, avaliação e dimensionamento das necessidades de pessoal, o modelo de alocação das vagas, e estabelecer uma relação de proximidade e valorização dos TAEs

Projeto de Lei 4330 é uma ameaça a concursos públicos

Projeto prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade

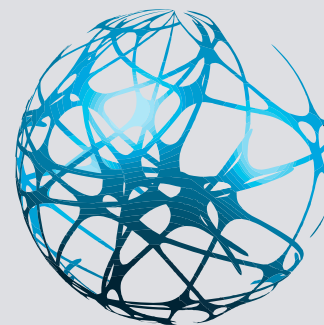
Tramita no Congresso o Projeto de Lei 4330/2004, de autoria do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). O objetivo é legalizar a terceirização no mercado de trabalho, em todas esferas. O projeto tramita há 10 anos na Câmara e vem sendo discutido desde 2011 por deputados e representantes das centrais sindicais e dos sindicatos patronais. Ele prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, desde que a contratada esteja focada em uma atividade específica. Hoje, somente atividades secundárias podem ser delegadas a outras empresas, como a limpeza e a manutenção de máquinas.

O projeto é um desmonte do serviço público, além de prejuízo aos trabalhadores e à sociedade. Os salários e benefícios podem ser cortados, porque a remuneração destes é 24% menor que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O

número de empregos tende a diminuir, os terceirizados trabalham, em média, 3 horas a mais por semana, o que reduz o número de vagas em todos os setores.

Devido a fatores econômicos, o risco de acidentes pode aumentar, já que companhias de menor porte não tem as mesmas condições de investir em equipamentos de segurança. Outro prejuízo são nas negociações salariais, os terceirizados trabalham no mesmo lugar, porém com patrões e representação sindical distintos.

A mão de obra terceirizada facilita o não cumprimento de responsabilidades trabalhistas por parte das Prestadoras de Serviço. A relação entre a empresa principal e o terceirizado fica prejudicada. A categoria está mobilizada, lutando contra o projeto, pela abertura de concursos públicos, e garantia dos direitos dos trabalhadores. O processo, até o fechamento desta edição, está no Senado.



Edital do PROQUALI contempla 147 bolsas de pós-graduação e 45 de graduação

Seleção prioriza TAE's que já eram bolsistas, seguidos pelos que estão a mais tempo estudando

Após longo trabalho das comissões, o Programa de Apoio à Qualificação – Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu para Servidores Técnico-Administrativos em Educação e Docentes efetivos da UFJF, PROQUALI, finalmente abre edital para seleção de bolsistas. Com orçamento reduzido para R\$2,5 milhões, serão contemplados 147 bolsistas para pós-graduação stricto sensu, com o valor de R\$1300 cada, e 45 graduação, com o valor de R\$ 500. A duração será de julho de 2016 a julho de 2017, totalizando 12 cotas. A seleção irá priorizar os servidores que já eram bolsistas, seguidos por aqueles que estão a mais tempo cursando a qualificação. As inscrições poderão ser feitas das 12h do dia 09/08/2016 às 18h do dia 16/08/2016, no SIGA-3 (siga administrativo).

De acordo com o edital, caso o número de inscritos em uma das modalidades, ou após a seleção, seja inferior ao número de vagas, restando bolsas, elas serão transferidas de uma modalidade para outra, respeitando-se os



Reunidos em assembleia, servidores discutem posicionamento sobre edital para ser defendido em Conselho Superior valores estabelecidos e a disponibilidade orçamentária.

Um dos principais avanços na reformulação do Proquali é mudança no artigo que impedia o servidor de aposentar após a conclusão do curso por período equivalente a duração do mesmo, sob pena de ressarcimento das despesas efetuadas pela Instituição com a sua participação. Com a mudança, para os servidores que não se afastarem o

cumprimento do interstício se dará durante o efetivo exercício na UFJF, concomitantemente ao recebimento da bolsa, já para aqueles que se afastarem para a qualificação, o cumprimento se dará nos termos da Lei 8112/90.

No dia 14 de julho, os servidores técnico-administrativos se reuniram em assembleia para discutir a posição da categoria em relação ao edital do Proquali, que seria defendida pelos representantes dos TAE's na comissão em reunião com o Conselho Superior no dia seguinte.

Foram apresentados três possíveis cenários. Embora os valores sejam inferiores, com a preocupação em manter quem já estava e permitir a entrada de maior número de bolsistas, a assembleia votou pelo terceiro cenário, que oferecia 75 graduação com R\$340 e 189 de pós-graduação com R\$1000, e exigiu ainda que o pagamento fosse retroativo pelo menos a janeiro de 2016, uma vez que desde meados de 2015 não havia edital. No entanto, a deliberação da assembleia não foi aprovada pelo CONSU.

UNIMED

Plano de saúde é renovado com reajuste de 14,53%

Comissão de negociação foi formada por representantes do Sintufefjuf, Apes e membros da reitoria

A Administração Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assessorada pela Comissão de Negociação e Acompanhamento do Plano de Saúde, aprovou a renovação do contrato com a UNIMED-JF para os próximos dois anos.

O índice de reajuste inicialmente proposto pela UNIMED-JF, válido para os próximos 12 meses, era de 26,75%. Este valor foi baseado em dois índices previstos no contrato firmado em 2013, sinistralidade + IGPM.

A Comissão de Assessoria à Reitoria para Negociação e Acompanhamento do Contrato entre a UFJF e a UNIMED-JF se reuniu com os representantes da empresa, a fim de discutir novos parâmetros de reajuste contratual. Após intensa negociação, com a participação da Reitoria e de membros da

Diretoria Executiva da UNIMED-JF, ficou acordado que o novo índice de reajuste será de 14,53%, para os próximos doze meses. Haverá ainda um termo aditivo elevando o índice de sinistralidade de 70% para 75%, o que representa a alteração do contrato atual, possibilitando, assim, menores reajustes para o próximo período.

É importante, também, informar que com a criação da Comissão foi estabelecida uma nova forma de gestão do Plano de Saúde, a qual prioriza: a transparência das informações, o acompanhamento efetivo da prestação de serviços e o desdobramento de ações que valorizem o cuidado com a saúde das trabalhadoras e trabalhadores da UFJF.

A Comissão de Assessoria à Reitoria para Negociação e Acompanhamento do Contrato entre a

UFJF e a UNIMED de Juiz de Fora, instituída por meio da Portaria 635, de 17 de junho de 2016, é composta pelos seguintes integrantes: Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho (representante titular da APESJF-SSind); Ronaldo Dias da Silva (Representante titular do SINTUFEJUF); Carlos Augusto Martins Santos (representante suplente do SINTUFEJUF); José Fernando Pereira Mesquita (médico do SIASS); Marcos Souza Freitas (Pró-reitor de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva); Paula de Sousa Guizellini (TAE da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas); Paula Maciel Mourão de Alencar (TAE da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas); Rosângela Cosme (TAE da COESF-UFJF); Rubens Luiz Rodrigues (Representante suplente da APESJF-SSIND).

Servidores do HU denunciam cortes em adicional noturno e alimentação

Mudanças que ocorreram a partir da entrada da Ebserh prejudicam trabalhadores do Regime Jurídico Único

No dia 28 de julho, foram realizadas duas reuniões consecutivas com representantes do Hospital Universitário e Administração Superior para discutir problemas surgidos a partir da Ebserh. Realizadas na reitoria, a primeira aconteceu com a comissão de alimentação e a segunda com a comissão de adicional noturno.

Em relação a alimentação, a vice-reitora Girlene Silva abriu a reunião informando que naquele momento não tomaria qualquer decisão, iria apenas debater o assunto.

"Decisão não passa apenas por boa vontade política, uma vez que pode ter implicações futuras", afirma. Uma das sugestões da comissão, foi fornecer

marmidas do Restaurante Universitário Campus, quando o mesmo fosse abastecer a unidade Centro. No entanto, a vice-reitora alegou que este fornecimento acontece somente para o almoço, uma vez que a unidade do centro não oferece jantar, ou seja, não contemplaria os trabalhadores noturnos.

A partir do consenso de que os principais prejudicados com o fim da alimentação no refeitório são os plantonistas, o acordo feito com a comissão foi encontrar, a princípio, uma solução imediata para os mesmos. Desta forma, o coordenador de saúde Ronaldo se comprometeu a apresentar um levantamento do número de plantonistas/dia.

Sobre o adicional noturno, Ronaldo explicou que não existe irregularidade, mas um acordo político, a partir da mudança de plantões de 8h para 12/60h feito com outras administrações. Esses plantões são feitos para cobrir o efetivo de pessoas. Segundo ele, no departamento pessoal sempre trabalhou funcionário do RJU. Com a entrada da Ebserh, isso mudou.

A comissão questionou a existência de setores que trabalham o mesmo regime de plantão e não tiveram mudanças no adicional noturno. Diante desta informação, Girlene Silva afirmou que, se não há tratamento isonômico, isso deve ser averiguado.

As comissões de alimentação e adicional noturno foram criadas no dia 13 de julho em reunião dos TAE's com o reitor Marcus Vinícius David, a vice-reitora

Girlene Silva, o secretário Geral Rodrigo de Souza Filho e o superintendente da Ebserh, Dr. Dimas Araujo de Carvalho, no anfiteatro da reitoria. Dirigida pelo coordenador Geral do Sintufejuj Lucas Simeão, o objetivo era apresentar os problemas enfrentados no HU. Para justificar a mudança no adicional noturno, esteve presente a equipe técnica da Gerência de Remunerações da Pro Reitoria de Gestão de Pessoas, representada por Telma Maria Lara Rabelo e Hernany Tafury, da coordenação de administração de pessoal.

Segundo a servidora Janemar Melandre, além do adicional noturno, em 2015, foi cortada a hora extra noturna. "Essa hora é devida a todos que trabalham das

22h as 6h, está na constituinte, recebemos a vida inteira e do nada cortaram", reclama a servidora.

O coordenador do jurídico do Sintufejuj, Carlos Augusto conta que em novembro, o adicional noturno foi reduzido em 70%, alegando que estava sendo pago errado. No entanto, não foi explicado para o trabalhador a forma como deveria ser feito.

Os servidores também apontaram problemas como a falta de material de higiene pessoal.

Marcus David afirmou que foi contra a assinatura do contrato com a Ebserh, uma vez que já visualizava problemas futuros. Isso porque, segundo ele, um modelo de gestão que trabalha com a lógica de funcionários sob regime diferenciado em um mesmo comando não poderia funcionar sem grandes conflitos. O reitor lembrou que o RJU foi criado para unificar as carreiras no serviço público federal. "Regimes diferentes implica em carga horária diferente e direitos trabalhistas diferentes", afirma. Marcus David esclarece que a administração tem recebido diversos pareceres jurídicos da Ebserh Nacional e da unidade de Juiz de Fora em relação a impossibilidade de oferecer refeição, uma vez que caracterizaria sobreposição de benefícios. O reitor reconhece a luta da classe trabalhadora para obter essa conquista. No entanto, ele diz enfrentar dificuldades para encontrar soluções jurídicas. "Estamos tentando conciliar o respeito à legalidade com o direito dos trabalhadores, Estamos sensíveis a esse

problema, mas solucionar apenas para os funcionários do RJU estaremos reforçando problemas de relação dentro do hospital", explica.

Sobre os adicionais, Marcus David esclarece que já havia sido notificado no ano passado pelo na época superintendente da Ebserh, Prof Erich Vidal Carvalho, sobre um possível erro na folha dos adicionais noturnos. Os calculos deveriam ser feitos com base nos plantões realizados, mas estavam sendo calculados com base nos dias úteis. "Isso estava gerando um erro significativo na folha, sujeito a órgãos de auditoria identificar e impor obrigações de devolução aos trabalhadores.

De acordo com Telma Rabelo, representante da Gerência de Remunerações, o adicional noturno não está relacionado com hora extra. Ela apresentou uma simulação de cálculo para servidor que faz 70h. Ele teria o vencimento mais as vantagens, o salário, o anuênio, o incentivo à qualificação, insalubridade, periculosidade, somando R\$5831,31, o que significa, dividindo pelas horas mensais de trabalho de 240, o valor de R\$24,60 a hora trabalhada. Pela legislação, o trabalhador noturno deve ganhar 25% a mais que o diurno. Ou seja, o adicional noturno seria de R\$6,08. Segundo Telma, a cada 7 horas trabalhadas no noturno, ganha-se 8 horas.

A assembleia não aceitou a explicação, questionando que hora-extra noturna é diferente de adicional noturno.

Dia Nacional de Paralisação

A reunião com o reitor foi uma solicitação da categoria ao final de uma assembleia realizada na semana anterior, em dia nacional de paralisação (ver pág. 7). Com a presença do recém empossado superintendente da Ebserh, Dr Dimas Araújo de Carvalho, a assembleia teve como objetivo apresentar os problemas enfrentados pelos trabalhadores do hospital a partir de mudanças ocorridas desde a entrada da empresa, e cobrar soluções. Dr. Dimas iniciou sua fala explicando que não vai haver cessão de trabalhadores do regime Jurídico Único à Ebserh. Os servidores continuam trabalhando no hospital, será feita uma portaria com exercício efetivo no HU sem ser cedido.

GOVERNADOR VALADARES

I Semana da Atenção à Saúde do Servidor é realizada em Governador Valadares

Evento reuniu técnico-administrativos durante três dias

Aconteceu em Governador Valadares, nos dias 25, 26 e 27 de julho a I Semana de Atenção à Saúde do Servidor promovida pelo setor de Saúde, Segurança e Bem-estar da UFJF-GV. O evento tinha por objetivo estimular práticas rotineiras de prevenção e cuidado com a saúde.

Ocorreram palestras, oficinas e sorteio de brindes entre os servidores que participaram da ação. Na abertura ainda aconteceu a premiação do criador da frase tema do evento, escolhido a partir de um concurso realizado entre os servidores em 2015. A frase vencedora foi "Oferecer educação é nossa missão, mas lembre-se: segurança e saúde no trabalho também exigem atenção", frase que norteou a primeira palestra. Para fazer parte das oficinas, os funcionários tiveram que se inscrever pelo SIGA. Todos que participaram das oficinas receberam certificado. Para a abertura não foi preciso fazer o registro antecipadamente.

Através de uma pesquisa prévia, realizada pelos organizadores do evento, visando identificar o assunto de maior



Organizadores da I Semana de Atenção a Saúde do Servidor, os servidores do Setor de Saúde, Segurança e Bem Estar

interesse entre os trabalhadores, a programação e temas das oficinas foram definidas. O dia 25 iniciou com a palestra da Dr^a Adna Soares Eleutério, Gestora IFMG – SIASS Inconfidentes. Logo após, houve a Premiação do I Concurso de Frases de Saúde e Segurança no Trabalho/2015, sorteio de brindes e coffee break. No dia 26, na parte da manhã, oficina "Primeiros Socorros" ministrada pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, ao final, sorteio de brindes. Durante a tarde, oficina "Gestão do Tempo" promovida por Lucas Nâpoli dos Santos, Psicólogo – UFJF-GV e também sorteio de brindes. Já no dia 27, oficinas "Prevenção e Cuidados

em Saúde Vocal" por Bruno José dos Passos de Jesus, Fonoaudiólogo – Clínica Lucam, "Qualidade de Vida" por Fabrícia Alves de Souza, Psicóloga e sorteio de brindes.

A I Semana da Atenção à Saúde do Servidor, teve o apoio do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Governador Valadares, Sindicato dos Trabalhadores

Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (SINTUFEJUF), Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) e diversas empresas de Governador Valadares.

Há previsão para que o evento seja realizado anualmente, sempre com um tema diferente, relacionado a saúde e segurança no trabalho. "Após o evento tivemos um retorno muito positivo por parte de nossos servidores, acredito que cumprimos com todas as expectativas de todos os participantes do evento e as nossas também" finaliza Bruno Fonseca, um dos organizadores do evento.

PARALISAÇÃO NACIONAL

Técnico-administrativos paralisam atividades em todo o país

Como atividade de paralisação, em Juiz de Fora, TAEs do HU se reúnem com superintendente da Ebserh



Servidores do HU se reúnem com superintendente em dia Nacional de Paralisação

assembleia no Hospital Universitário (Santa Catarina).

A paralisação foi proposta da Fasubra durante a Plenária Nacional realizada nos dias 19 e 20 de junho, em decorrência da necessidade de mobilização e denúncia do momento atual enfrentado pelos trabalhadores no Brasil, de incerteza e ataques aos direitos trabalhistas e sociais.

Com a abertura do processo de impeachment e o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer, ao assumir interinamente a presidência, implantou uma série de medidas drásticas que afetam toda a população brasileira. A PEC 241/16 define teto para despesas da União e estados, congelamento dos investimentos em políticas públicas e despesas com

pessoal (concursos e reajustes de salários). Se aprovada, a preocupação do estado passa a ser apenas com o pagamento da dívida pública, sem previsão de reajuste para o funcionalismo público durante anos. A reforma de previdência é outra medida preocupante, uma vez que retira direitos adquiridos e aumenta a contribuição previdenciária e idade mínima para aposentadoria. Em relação a saúde e educação, o governo interino tem revelado a intenção de privatizar esses setores.

Em Juiz de Fora, os servidores aproveitaram a oportunidade para dialogar com o superintendente da Ebserh dr Dimas Araújo de Carvalho e apresentar os problemas enfrentados a partir da entrada da empresa.

No dia de Paralisação Nacional, 06 de julho, em defesa da saúde e educação, pelo cumprimento dos acordos de greve, contra o PL 257 (agora PEC 241) e a reforma da previdência, os técnico-administrativos se reuniram em

**Eventos em
DESTAQUE**

 9 a 11 de setembro
Plenária Nacional da Fasubra

 Toda quarta-feira
**Reunião do GT Aposentados, Pensionistas, Aposentandos e
Assuntos de Aposentadoria**
**Saúde e
bem estar**

**27 de julho: Dia Nacional da
Prevenção de Acidentes do Trabalho**

O dia é comemorado em todo Brasil desde 1972, quando a data se tornou oficial, regulamentando a formação técnica em Segurança e Medicina do Trabalho. 27 de Julho é um marco histórico na luta dos trabalhadores por melhorias nas condições de segurança e saúde de trabalho.

Se caracteriza acidente de trabalho todo incidente que acontece no local, percurso, de ida ou volta do serviço, e durante o tempo de execução do ofício. Entre eles estão os acidentes que produzem qualquer lesão corporal, perturbação funcional ou doença.

Essa implementação, no Brasil, do Serviço Obrigatório de Segurança e Medicina do Trabalho em empresas, teve iniciativa do ex ministro do Trabalho Júlio Barata, através das portarias 3.236/1972 e 3.237/1972.

Ao longo do tempo, um conjunto de medidas legislativas foram aplicadas para garantir

proteção e direitos aos trabalhadores. O nosso país foi o primeiro a tornar obrigatória a exigência desses direitos, mas, isso se deve ao fato de que os incentivos financeiros internacionais pressionaram a equipe econômica do Brasil, sob ameaça de corte monetário caso o quadro de acidentes não fosse revertido. Os números de acidentes e óbitos eram alarmantes por consequência do descompromisso do governo e dos grandes empresários com a qualidade de vida no trabalho. No que resultou na publicação das portarias número 3.236, que instituiu o Plano Nacional de Valorização do Trabalhador e o número 3.237, que tomou obrigatória a existência de serviços de medicina do trabalho em todas as empresas com um ou mais trabalhadores. Esse avanço ocorreu no dia 27 de julho de 1972, por isso, a data foi escolhida para ser o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Obituário

- † Orlando Pugliese - Aposentado
29/09/1931+ __/08/2016
- † Rogério Ramos de Lima - Vigilante
05/12/1959 + 08/08/2016

Novos convênios

- Escola Infantil Pepe Legal
Rua Barão de Juiz de Fora, 38
B Santos anjos 32157296 (20% de desconto na mensalidade)
- Salão Destak
Av dos Andradas 394/104
tel 32120315

Prestação de contas

MARÇO/2016

RECEITAS

Mensalidades	127.791,31
Comissões de seguros	969,72
Renda de aplicação financeira	18,74
Taxa administrativa	3.873,61
Outras receitas	359,68
Total	133.013,06

DESPESAS

Folha e encargos	58.338,18
Desp. administrativas	14.996,00
Desp. operacionais	8.970,41
Desp. relações sindicais	4.160,83
Desp. formação e política sindical	8.020,17
Sede Campestre	3.054,87
Taxas e serviços bancários	3.369,74
Serviços de terceiros	43.425,94
Despesas com promoções	4.860,80
Total	149.196,94

INVESTIMENTO

Snd informática - Danfe 20683

ABRIL/2016

RECEITAS

Mensalidades	127.028,50
Comissões de seguros	967,24
Renda de aplicação financeira	150,11
Taxa administrativa	3.870,45
Outras receitas	-
Total	132.016,30

DESPESAS

Folha e encargos	59.043,72
Desp. administrativas	12.821,38
Desp. operacionais	15.450,86
Desp. relações sindicais	3.903,47
Desp. formação e política sindical	18.554,43
Sede Campestre	1.691,36
Taxas e serviços bancários	3.681,84
Serviços de terceiros	37.844,56
Total	152.991,62

INVESTIMENTO

Notebook

Errata

Comunicamos que erramos no jornal do Sintufejuf (edição 209ª - maio e junho/2016), referente a página nº 6, tópico "prestação de Contas" no balancete de fevereiro/2016, onde se lê "mensalidades R\$ 1126.690,36", por motivos de digitação, o correto é "mensalidades R\$ 126.690,36". Lamentamos o ocorrido. Conselho Editorial do Sintufejuf



para entender **DIREITO**

FASUBRA

Camara dos deputados aprova Projeto de Lei que atinge servidores públicos

Texto que previa o congelamento de salários é retirado



Foto: Fasubra



Foto: Fasubra

Com planfletagem em aeroporto de Brasília, manifestantes recebem parlamentares que retornaram para a capital federal

Foi aprovado em Plenário da Câmara dos Deputados na madrugada do dia 10 de agosto, o Projeto de Lei Complementar 257/16, do Executivo, que propõe o alongamento das dívidas de estados e do Distrito Federal com a União por 20 anos se eles cumprirem medidas de restrição fiscal. A matéria foi aprovada por 282 votos a 140, na forma de uma emenda substitutiva oferecida pelo relator, deputado Esperidião Amin, com aval do presidente interino Michel Temer. A aprovação só foi possível com o acordo para retirada do texto que previa o congelamento dos salários dos servidores estaduais por dois anos.

Enviado em 22 de março para o Congresso Nacional, o projeto autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal e a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Outras medidas estruturais embutidas no projeto são reforma da previdência, a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores, a instituição de regime de previdência complementar (previdência privada), o monitoramento contínuo das contas e adoção de critérios para avaliar

programas e projetos de forma pública e periódica. O Conselho Superior, reunido no dia 05 de agosto, aprovou a moção de repúdio ao Projeto de Lei 257/2016. Apresentada pelo Sintufejujuf, a moção manifesta-se contrariamente ao projeto que está em pauta no Congresso Nacional, o qual apresenta uma política de ajuste fiscal e controle de gastos.

Com o objetivo de barrar a aprovação do projeto, a Fasubra Sindical convocou as entidades de base, para junto com servidores públicos de todo o país realizar uma vigília no Congresso Nacional. Representando os trabalhadores técnico-administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora, os servidores Heronides Meireles e Márcio Sá Fortes participaram de atos em Brasília. Além das ações, uma Paralisação Nacional da Educação foi convocada pela Fasubra para o dia 11 de agosto. Em assembleias realizadas no dia 04 de agosto em Governador Valadares e dia 09 de agosto em Juiz de Fora, os servidores técnico-administrativos da UFJF decidiram em votação, aderir a paralisação.

Moção contrária ao PL 257

O Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora manifesta sua posição contrária à aprovação do projeto de lei 257 em pauta no Congresso Nacional. Tal proposta a despeito de se apresentar como um refinanciamento das dívidas dos estados membros da federação traz em seu conteúdo grandes modificações na legislação nacional, referente aos serviços públicos e seus servidores, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Os entraves à realização de novos concursos, as limitações de reajustes reais e nominais dos servidores públicos, as alterações nos índices de contribuição previdenciária e a possibilidade do retorno dos planos de demissão voluntária são algumas propostas contidas no referido projeto de lei.

Reafirmamos em nome da UFJF nosso apoio ao fortalecimento dos serviços públicos, que no setor educacional tem significativo papel de democratização e redução das desigualdades sociais de nosso país.

PLANTÕES DEPARTAMENTO JURÍDICO

Toda reunião a ser marcada pelo sindicalizado em qualquer órgão, com a presença do advogado do sindicato, deverá ser agendada dentro do horário de atendimento do mesmo, conforme o cronograma do Departamento Jurídico.

Área Administrativa

3ª e 6ª feira (13:30h às 17:30h): Vivian Fagundes
3ª feira (08h às 12h30): Luciana Delácio
4ª feira (08h às 11h30): Luciana Delácio
2ª feira (10h às 14h): Sérgio Ricardo

Área Cível

2ª e 3ª feira (14h às 18h): Alessandro Coutinho
4ª e 5ª feira (09h às 13h): Alessandra Alves

Em caso de desistência, pedimos que nos comuniquem.

HOMENAGEM

Aposentados recebem Medalha Elson Lopes

Homenagem é reconhecimento pelo trabalho exercido e luta sindical



Com o objetivo de agradecer aposentados que contribuíram para o crescimento da categoria de TAES dentro da UFJF e na luta sindical, foi realizada, no dia 15 de julho, na Casa de Cultura da UFJF, a IV Edição da Medalha Elson Lopes.

Este ano, receberam a homenagem Alaor Lauro Soares, Osny Mazzoccoli Batista, Maria de Fátima Eurico Berion, Inis Pancini (in memorian), Pedro Raimundo dos Santos, Reginaldo Ferreira dos Santos (In memorian), Sebastião Geraldo Pinto, José Geraldo Nunes e Rubens Marinho. A escolha dos agraciados foi feita pela coordenação de aposentados e Grupo de Trabalho Aposentados, Aposentandos, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria e referendada pela diretoria do Sintufejuj.

A mesa da solenidade foi composta pelo reitor Marcus Vinicius David, o coordenador de Administração e Finanças do Sintufejuj, Rogério Silva (representando a Coordenação Geral), os coordenadores de aposentados Ricardo Bonfante e Sebastião POrtugal, o coordenador do GT, Aluísio da Silva e o neto de Elson Lopes, Gustavo Lopes da Costa e Souza, que recebeu das mãos do reitor, a décima medalha. Emocionado, Gustavo falou sobre o orgulho da história de luta de seu avô, que fica como exemplo de vida e agradeceu a homenagem. Outros familiares do companheiro que dá nome à medalha também participaram do evento, assim como familiares e amigos dos homenageados.

